

**EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.288 -
PR (2018/0163042-7)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

EMBARGANTE : ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORE : UBIRAJARA AYRES GASPARIN - PR010592

S

FLÁVIO ROSENDO DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR048177

EMBARGADO : JOAO BATISTA JAGUER CARDEIRO

EMBARGADO : HELIO JOSÉ VICENTE

EMBARGADO : GILBERTO ASSUNÇÃO

ADVOGADOS : KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER - PR038672

FABIANNE GUSSO MAZZAROPPI E OUTRO(S) - PR068757

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. VERBA HONORÁRIA MAJORADA EM DECISÃO ANTERIOR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração representam recurso de fundamentação vinculada ao saneamento de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não se prestando, contudo, ao mero reexame da causa.

2. O embargante aponta omissão no acórdão proferido em sede de agrado interno sob o fundamento de que o acórdão embargado não teria fixado honorários recursais. Contudo, a parte embargante já havia opostos embargos de declaração em face da decisão monocrática proferida às e-STJ fls. 393/395, os quais foram acolhidos, sem efeitos infringentes, para majorar os honorários advocatícios, com fulcro no art. 85, § 11, do CPC/2015, conforme decisão juntada às e-STJ fls. 419/420. Desta forma, não há que se falar em omissão do julgado, uma vez que a matéria já foi analisada, tendo sido fixados honorários recursais em proveito do Estado embargante.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

